

## LEGISLAÇÃO REFERENTE AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- **LEI FEDERAL Nº 6.938/1981** - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- **LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 140/2011** - Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981;
- **LEI FEDERAL Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010** - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL** - Dispõe sobre a questão ambiental, como direito de todos;
- **LEI FLORESTAL (LEI 12651/12)** – Dispõe sobre a vegetação nativa; altera as leis nº 6938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a medida provisória, nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;
- **LEI FEDERAL Nº 9605/98 – LEI DE CRIMES AMBIENTAIS** - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001/86** - Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/97** - Regulamenta os aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente que ainda não foram definidos;
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 369/2006** - Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP;
- **RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 002/2016** - Define a tipologia das atividades ou empreendimentos considerados de impacto ambiental local, normatiza aspectos do licenciamento ambiental de atividades de impacto local no Estado, e dá outras providências;
- **LEI ESTADUAL Nº 4701/92 – Política Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo;**

- **DECRETO ESTADUAL Nº 9039R/2016** - Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente denominado SILCAP;
- **LEI ESTADUAL Nº 7.058/2002** - Dispõe sobre a fiscalização, infrações e penalidades relativas à proteção ao meio ambiente no âmbito da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente;
- **LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 013/2005** - Dispõe sobre o sistema de licenciamento ambiental de empreendimentos, atividades e serviços considerados efetiva ou potencialmente poluidores e/ou degradadores do meio ambiente;
- **LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 198/2016** – Aprova o Plano Diretor Municipal;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 7.181/2013** - Regulamenta as normas, classificações e enquadramentos do licenciamento ambiental das atividades potencial ou efetivamente poluidoras instaladas ou a se instalar no município de Itapemirim, bem como sua revisão, estabelecidas na Lei Complementar nº 13, de 30 de dezembro de 2005;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 7.250/2013** - Regulamenta as normas e define medidas que promovam a redução da geração e o impacto dos resíduos sólidos no município de Itapemirim;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 7182/2013** - Regulamenta as normas, classificações e enquadramentos do licenciamento ambiental da atividade de movimentação de terra, corte, aterro, áreas de empréstimo e/ou bota-fora no Município de Itapemirim;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 8.150/2014** - Oficializa a utilização do sistema de informação e diagnóstico (SID), fornecido pelo IEMA, para a utilização nos procedimentos de licenciamento ambiental pela secretaria municipal de meio ambiente – SEMMA – do município de Itapemirim;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 12.814/2018** - Define o enquadramento e relação de atividades ou empreendimentos considerados de impacto local conforme Resolução CONSEMA Nº 002, de 03 de novembro de 2016;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 12.815/2018** - Dispõe sobre a dispensa do licenciamento ambiental no âmbito de atuação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA para as atividades de impacto ambiental insignificante conforme estabelecido pela Instrução Normativa IEMA Nº 013-N, DE 07 de dezembro de 2016 e Instrução Normativa Nº 011, de 11 de julho de 2017;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 13.079/2018** - Estabelece a listagem das atividades que se enquadram como sendo de pequeno potencial de impacto ambiental conforme estabelecido pela Instrução Normativa IEMA Nº 012-N, de 07 de dezembro de 2016 e Instrução Normativa IDAF Nº 011, de 11 de julho de 2017.